

Educação, Informação Comunicação e Saúde: Proteções contra a DESINFORMAÇÃO

SEMINARIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE: PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO

**EIXO TEMÁTICO: GT 1 - Educação e Desenvolvimento de Competências em
informação para o enfrentamento à desinformação na Ciência e na Saúde**

**PLANTAS MEDICINAIS E GESTAÇÃO: AÇÕES EDUCATIVAS PARA O USO
SEGURO NA CASA DAS GESTANTES**

**MEDICINAL PLANTS AND PREGNANCY: EDUCATIONAL ACTIONS FOR SAFE
USE AT THE HOUSE OF PREGNANT WOMEN**

Nathane Cordeiro de Lima Amorim – Universidade Estadual de Feira de Santana
(UEFS)¹

Ive Caroline Rocha Moreira Mendonça – Universidade Estadual de Feira de
Santana (UEFS)²

Ester Gomes Reis – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)³

Gabriele Batista dos Santos Freitas – Universidade Estadual de Feira de Santana
(UEFS)⁴

Danielle Figuerêdo da Silva – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)⁵

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O uso de plantas medicinais é uma prática milenar, mas seu consumo indiscriminado, principalmente por gestantes e lactantes pode trazer riscos à saúde. Este estudo teve como objetivo promover o uso seguro dessas substâncias por meio de ações educativas realizadas na Casa das Gestantes, vinculada ao Hospital Estadual da Criança (HEC). A metodologia adotada foi qualitativa, com observação participante durante rodas de conversa realizadas no formato de sala de espera, abordando temas como riscos do uso de plantas medicinais, interações medicamentosas e automedicação. Os resultados revelaram que, embora o conhecimento popular sobre plantas seja amplo, muitas participantes desconheciam seus efeitos adversos, e seus malefícios. Após as atividades, a grande parte das pacientes demonstraram uma maior compreensão sobre a importância da orientação de um profissional. Dessa forma, conclui-se que estratégias educativas simples, quando

¹ Nathane Cordeiro de Lima Amorim – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),
nathaneamorim15@gmail.com

² Ive Caroline Rocha Moreira Mendonça – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),
carolrocha78@gmail.com

³ Ester Gomes Reis – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), esterreis23@gmail.com

⁴ Gabriele Batista dos Santos Freitas – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), gabifb8@gmail.com

⁵ Danielle Figuerêdo da Silva – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), dfsilva@uefs.br

aplicadas, favorecem a adesão ao cuidado seguro, fortalecem o vínculo profissionais de saúde e indivíduos, e promovem o uso racional de medicamentos e plantas medicinais.

Palavras-chave: Plantas medicinais; Gestantes; Lactantes; Educação em saúde; Interações medicamentosas; Uso racional de medicamentos; Práticas integrativas e complementares.

Abstract: The use of medicinal plants is an ancient practice, but their indiscriminate consumption, especially by pregnant and breastfeeding women, can pose health risks. This study aimed to promote the safe use of these substances through educational activities conducted at the Casa das Gestantes, linked to the State Children's Hospital. The methodology was qualitative, based on participant observation during discussion circles held in a waiting-room format, covering topics such as the risks of medicinal plants, drug interactions, and self-medication. The results showed that although popular knowledge about these plants is widespread, many participants were unaware of the potential adverse effects and harms. After the sessions, most patients showed increased understanding of the need for professional guidance. Thus, it is concluded that simple educational strategies, when applied in welcoming and participatory settings, support safer healthcare practices, strengthen the bond between healthcare providers and patients, and promote the rational use of medications and medicinal plants.

Keywords: Medicinal plants; Pregnant women; Breastfeeding women; Health education; Drug interactions; Rational use of medicines; Integrative and complementary practices.

1 INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais é uma prática tradicional presente desde os tempos antigos. Apesar do avanço das políticas públicas que incentivam o uso seguro dessas terapias, como a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, o uso indiscriminado ainda é comum, principalmente entre gestantes e lactantes, nas quais, são grupos que requerem cuidados especiais devido aos riscos de efeitos adversos e interações medicamentosas (Brasil, 2022).

Esse cenário é agravado pela desinformação sobre a segurança e a eficácia dessas substâncias contribuíram, o que leva muitas pessoas a utilizá-las sem orientação adequada. A ausência de informações claras e acessíveis contribui para o desconhecimento sobre os potenciais efeitos colaterais e casos de intoxicação associados ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos, informações que dificilmente chegam até os usuários de forma efetiva (Silveira; Bandeira; Arrais, 2008).

Diante desse cenário, torna-se essencial promover ações educativas que aliem saber popular e conhecimento técnico, com foco na segurança do uso de plantas medicinais por gestantes e lactantes. Nesse sentido, intervenções educativas se mostram estratégicas para reduzir os riscos associados ao uso

indiscriminado de fitoterápicos, além de promover a humanização do cuidado e o fortalecimento das políticas públicas de saúde.

Assim, este estudo teve como objetivo promover o uso seguro de plantas medicinais e fitoterápicos entre gestantes e lactantes, por meio de ações educativas realizadas na Casa das Gestantes, vinculada ao Hospital Estadual da Criança.

Os dados foram coletados por observação participante, na qual, os resultados mostraram que, embora as participantes tenham conhecimento sobre plantas medicinais, muitas desconheciam os riscos associados ao seu uso durante a gestação e lactação. Após as rodas de conversa, a grande parte passou a reconhecer a importância de buscar orientação profissional e de informar o uso de fitoterápicos e plantas medicinais aos profissionais de saúde.

A experiência demonstrou que estratégias educativas simples podem contribuir significativamente para a conscientização e o cuidado seguro, fortalecendo o vínculo entre pacientes e profissionais de saúde.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico

As sociedades humanas, desde tempos remotos, acumulam conhecimentos sobre a utilização de plantas medicinais, baseando-se em saberes tradicionais transmitidos por gerações. No Brasil, a biodiversidade favorece o uso de diversas plantas medicinais para o tratamento de inúmeras enfermidades, prática comum entre a população (Machado, et al., 2014)

Para regulamentar e garantir o uso seguro dessas terapias, foi instituída a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto nº 5.813/2006), que visa assegurar o acesso seguro e o uso consciente de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo também o uso sustentável da biodiversidade, o fortalecimento da cadeia produtiva e o desenvolvimento da indústria nacional (Brasil, 2006).

Nesse contexto, as políticas públicas brasileiras passaram a reconhecer os medicamentos fitoterápicos e as plantas medicinais como recursos terapêuticos complementares no Sistema Único de Saúde (SUS), incentivando sua incorporação às práticas de cuidado, conforme as diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Além disso, tais políticas fomentam a pesquisa e o

desenvolvimento científico na área, reforçando a importância da integração entre o saber popular e a ciência (Brasil, 2006).

As plantas medicinais são definidas como aquelas que contêm princípios bioativos com propriedades terapêuticas ou preventivas, enquanto os fitoterápicos são medicamentos obtidos de derivados vegetais, comercializados em diferentes formas farmacêuticas (RDC nº 26/2014) (Brasil, 2014a). Apesar da ampla oferta de medicamentos alopáticos, muitos indivíduos ainda optam por terapias naturais, muitas vezes por acreditarem que apresentam menos efeitos colaterais. Contudo, o uso indiscriminado dessas substâncias pode trazer riscos, já que algumas plantas contêm compostos que provocam efeitos adversos importantes, especialmente quando mal identificadas ou preparadas de forma inadequada (Silveira, 2007). Para mitigar tais riscos, a Farmacopeia Brasileira estabelece critérios de controle de qualidade que abrangem desde o cultivo até a formulação final das plantas medicinais (Brasil, 2024).

Esse cuidado é ainda mais crucial quando se trata de populações vulneráveis, como gestantes e lactantes. Durante a gestação, o uso de medicamentos é um evento frequente, mas a resposta fetal a essas substâncias difere significativamente da materna, podendo causar toxicidade, malformações ou até lesões irreversíveis. Além disso, algumas ervas medicinais podem induzir contrações uterinas precoces, provocando parto prematuro ou até a perda fetal. Por isso, o uso de plantas medicinais e fitoterápicos sem acompanhamento profissional qualificado pode acarretar efeitos abortivos, teratogênicos e embriotóxicos (Roman et al., 2014; Kristanc; Kreft 2016; Andrade et al., 2017).

No período da amamentação, o cuidado também se faz necessário. O leite materno é fundamental nos primeiros meses de vida por suprir as necessidades nutricionais do bebê e contribuir para seu desenvolvimento imunológico e cognitivo (Brasil, 2015). Contudo, o uso de plantas com a finalidade de aumentar a produção de leite — prática comum entre lactantes — pode representar risco, uma vez que compostos bioativos podem ser transferidos ao bebê através do leite materno, potencialmente causando efeitos adversos (Brasil, 2014b).

Além dos riscos próprios das plantas medicinais, é preciso considerar as interações medicamentosas, uma vez que a administração simultânea de diferentes substâncias, sejam elas alopáticas ou fitoterápicas, pode alterar significativamente os efeitos terapêuticos desejados. O uso concomitante de medicamentos pode

ocasionar interações medicamentosas (IMs), que envolvem mudanças nas propriedades farmacocinéticas e/ou farmacodinâmicas dos fármacos, interferindo na sua eficácia ou aumentando sua toxicidade (Queiroz et al., 2014). Tais interações podem comprometer a segurança do paciente, resultando em efeitos adversos inesperados e até consequências letais (Moraes et al., 2020).

Dessa forma, o uso concomitante de medicamentos alopáticos com plantas medicinais entre gestantes e lactantes merecem especial atenção. A falta de conhecimento sobre essas interações e seus possíveis efeitos torna essencial que essas pacientes informem aos profissionais de saúde todos os produtos que estão utilizando. Além disso, é indispensável que os próprios profissionais da saúde estejam preparados para orientar corretamente esse público, compreendendo os riscos associados ao uso inadequado ou não supervisionado dessas substâncias (Pires; Araújo, 2011).

Portanto, a integração entre o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais, as diretrizes das políticas públicas de saúde, e a atenção farmacológica às interações medicamentosas é essencial para promover o uso seguro e eficaz dessas terapias, especialmente em grupos de maior vulnerabilidade como gestantes e lactantes (Brasil, 2022).

2.2 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, com caráter intervencionista. A ação educativa foi realizada no formato de "Sala de Espera", desenvolvida na Casa das Gestantes, setor anexo ao Hospital Estadual da Criança. O local foi escolhido por ser acolhedor e acessível, permitindo a aproximação com gestantes e lactantes em um momento de escuta ativa e troca de saberes.

A intervenção utilizou como estratégia a Educação em Saúde, com base nos princípios da Promoção da Saúde e nas diretrizes das práticas integrativas e complementares do SUS. O método adotado foi a abordagem participativa e dialógica, promovendo o protagonismo das usuárias e a valorização de seus saberes prévios sobre o uso de plantas medicinais e medicamentos durante a gestação e lactação.

Foram elaborados materiais educativos, como folders e cartilhas explicativas, e conduzidas rodas de conversa informativas, abordando os temas: uso seguro de plantas medicinais, interações medicamentosas e riscos da automedicação.

A **Figura 1** ilustra um dos folders produzidos, com orientações sobre o uso seguro de plantas medicinais por gestantes e lactantes. Já a **Figura 2** apresenta uma cartilha-guia voltada para o esclarecimento sobre interações medicamentosas entre plantas medicinais e medicamentos alopáticos. A **Figura 3** mostra um panfleto informativo elaborado durante as ações do "Agosto Dourado", com foco na amamentação e no uso seguro de medicamentos e plantas medicinais durante esse período. A atividade também incluiu a participação de representantes do Banco de Leite Humano do hospital, como parte das ações do "Agosto Dourado", mês dedicado à promoção do aleitamento materno.

Figura 1 – Folder educativo sobre o uso seguro de plantas medicinais por gestantes e lactantes



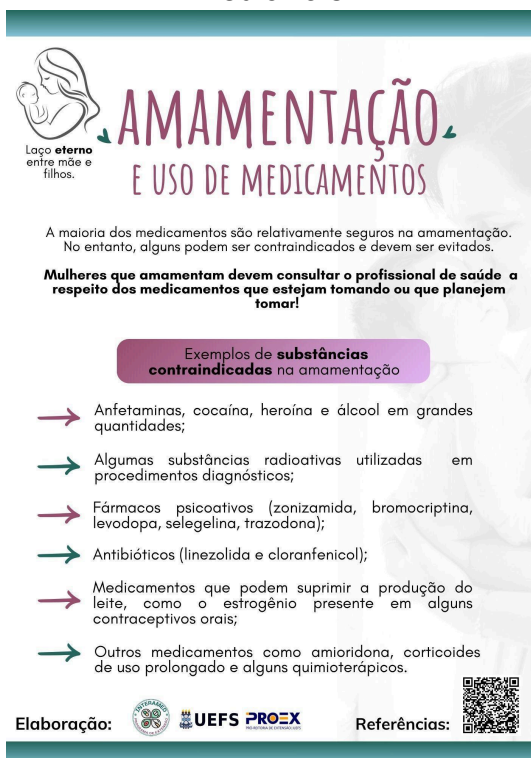
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 2 – Cartilha-guia sobre interações medicamentosas entre fitoterápicos e medicamentos alopáticos.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 3 – Panfleto sobre amamentação e uso seguro de medicamentos e plantas medicinais.



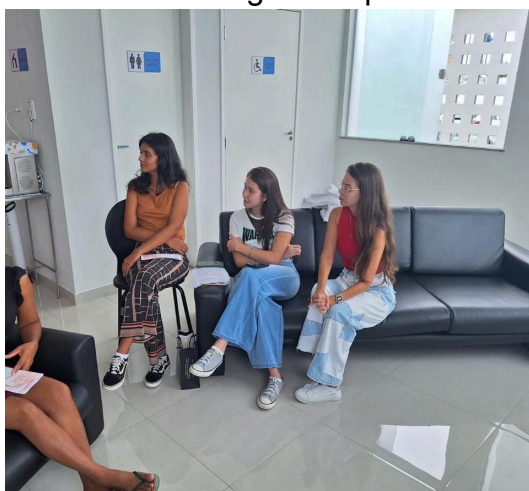
Fonte: Elaboração própria (2024).

A coleta de dados ocorreu por meio de observação participante e registro em diário de campo. Durante as sessões informativas, foram anotadas falas espontâneas das participantes, dúvidas recorrentes, sugestões e manifestações sobre o uso de fitoterápicos.

2.3 Resultados

Os resultados evidenciaram um conhecimento amplo, porém empírico, sobre o uso de plantas medicinais entre as participantes. Muitas relataram o uso de ervas como camomila, erva-doce, hortelã e boldo durante a gravidez, sem orientação profissional. A maioria desconhecia os riscos de interações medicamentosas ou os possíveis efeitos adversos dessas plantas no feto ou no recém-nascido. Esse tema foi amplamente discutido durante uma das rodas de conversa, registrada na **Figura 4**, que abordou especificamente a utilização de chás por gestantes e lactantes, promovendo reflexões sobre a importância do uso seguro de plantas medicinais nesse contexto.

Figura 4 – Roda de conversa sobre a utilização de chás por gestantes e lactantes e a importância do uso seguro de plantas medicinais.



Fonte: Elaboração própria (2024).

As discussões relacionadas às interações medicamentosas também provocaram reflexões importantes. Durante a roda de conversa registrada na **Figura 5**, uma das participantes relatou que utilizava determinadas plantas medicinais acreditando que, por serem naturais, não ofereciam riscos à saúde. No entanto, após os esclarecimentos apresentados, compreendeu que essas substâncias podem interagir com medicamentos convencionais, potencializando efeitos adversos. Esse momento reforça o papel das ações educativas como ferramenta de empoderamento e tomada de decisão segura.

Figura 5 – Roda de conversa que abordou os riscos de interações medicamentosas entre fitoterápicos e medicamentos alopáticos.

**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE: PROTEÇÕES CONTRA A
DESINFORMAÇÃO
SALVADOR – 29, 30 e 31 de julho de 2025**



Fonte: Elaboração própria (2024).

Além disso, a parceria com o Banco de Leite Humano possibilitou a abordagem de informações importantes sobre a amamentação. Muitas participantes desconheciam os critérios para doação e os benefícios do leite humano pasteurizado, além de acreditarem, de forma equivocada, que determinadas ervas poderiam aumentar a produção de leite sem riscos. A **Figura 6** documenta a roda de conversa voltada para o uso seguro de medicamentos e plantas medicinais durante a lactação, inserida nas ações do “Agosto Dourado

Figura 6 – Roda de conversa sobre amamentação e uso seguro de medicamentos e plantas medicinais durante a lactação, realizada no mês do “Agosto Dourado”.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Ao analisar as rodas de conversa, observou-se que elas indicaram que a grande parte das participantes passaram a considerar importante informar ao profissional de saúde sobre o uso de plantas medicinais, e afirmaram que pretendem

buscar mais informações antes de usar qualquer tipo de medicamento ou fitoterápico. Isso demonstra um avanço significativo na adesão ao cuidado seguro e à promoção do uso racional de medicamentos e plantas.

3 CONCLUSÕES/ CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção realizada demonstrou a eficácia da educação em saúde como ferramenta de transformação do cuidado. Ao abordar temas como interações medicamentosas, automedicação e uso racional de fitoterápicos, foi possível promover o conhecimento crítico e favorecer uma melhor adesão terapêutica entre gestantes e lactantes.

As ações, feitas no formato de “Sala de Espera”, evidenciaram a importância de promover espaços de escuta e troca de conhecimento. O ambiente acolhedor da Casa das Gestantes permitiu que as participantes expressassem livremente suas dúvidas e receios, favorecendo uma troca de saberes essencial para o fortalecimento do vínculo com os serviços de saúde.

Apesar do uso frequente das Práticas Integrativas e Complementares (PICs), muitas pacientes desconheciam os riscos associados, como interações medicamentosas e efeitos adversos durante a gestação e amamentação.

Após as rodas de conversa, observou-se uma mudança benéfica na percepção das usuárias, nas quais, passaram a valorizar a importância de informar o uso de fitoterápicos aos profissionais de saúde, e demonstraram interesse em buscar mais conhecimento antes de utilizar qualquer planta medicinal ou medicamento. Portanto, esses dados reforçam a relevância da educação em saúde como ferramenta para o cuidado seguro.

Conclui-se que estratégias como a Sala de Espera podem integrar a humanização do atendimento com a promoção do conhecimento e a segurança do paciente.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, A. M. et al. Farmacocinética e mecanismos de teratogenicidade dos medicamentos na gestação: uma revisão da literatura. **Infarma**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 100-107, 2017. Acesso em: 4 jun 2025

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Farmacopeia Brasileira**. 7. ed. Brasília: ANVISA, 2024. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.anvisa.gov.br/jspui/handle/anvisa/11937>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Orientações sobre o uso de fitoterápicos e plantas medicinais**. Brasília: ANVISA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de-fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006**. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jun. 2006. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 26, de 13 de maio de 2014**. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 2014. Seção 1, p. 34.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. (Cadernos de Atenção Básica, n. 23).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Amamentação e uso de medicamentos e outras substâncias**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

KRISTANC, L.; KREFT, S. European medicinal and edible plants associated with subacute and chronic toxicity part I. **Food and Chemical Toxicology**, [S. l.], v. 92, p. 150-164, 2016. DOI: 10.1016/j.fct.2016.04.007.

MACHADO, H. L. et al. Research and extension activities in herbal medicine. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Botucatu, v. 16, n. 3, p. 527-533, 2014.

MORAES, J. T. et al. Fatores associados para potenciais interações medicamentosas. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 53, n. 4, p. 379-388, 2020. DOI: 10.11606/issn.2176-7262.v53i4p379-388.

PIRES, A. M.; ARAÚJO, P. S. Percepção de risco e conceitos sobre plantas medicinais. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 35, n. 2, p. 320-334, 2011.

PIRES, C. A. et al. O uso de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais por gestantes. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 538-549, 2021. DOI: 10.32712/2446-4775.2021.1176.

QUEIROZ, K. C. B. et al. Análise de interações medicamentosas. **UNOPAR Científica: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 203-207, 2014.

ROMAN, S. S. et al. Toxicidade materna e reprodutiva. **Perspectiva**, Erechim, v. 38, n. 141, p. 69-77, 2014.

SILVEIRA, P. F. **Perfil de utilização e monitorização de reações adversas a fitoterápicos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SILVEIRA, P. F. D. et al. Farmacovigilância e reações adversas. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, João Pessoa, v. 18, n. 4, p. 618-626, 2008.